

Das Tabocas ao ABN-Amro

Maior abertura financeira aos bancos varejistas estrangeiros é benéfica

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Desde a vitória luso-brasileira na Batalha das Tabocas em 1645, quando começou o processo de expulsão dos holandeses do Brasil, não ocorria desdobraimento tão promissor nas relações entre a Holanda e o Brasil quanto à compra do controle do Banco Real pelo ABN-Amro. O episódio, além de sua importância intrínseca, suscita a discussão sobre a abertura dos mercados financeiros do País ao capital externo, tema em relação ao qual o governo Fernando Henrique Cardoso vinha demonstrando alguma reticência em relação a comprometer-se com uma política de abertura. Do ponto de vista holandês, depois de mais de 340 anos, este é um importante sinal adicional de reversão do quadro de “Brasil negligenciado” de 1630-1654.

Por coincidência, em linguagem vulgar, “passar taboca” também quer dizer romper noivado. As trapalhadas que cercaram a venda do Banco Real advêm de interpretações distintas sobre a base de seleção de pretendentes à compra. Sublinham a importância da definição precisa do marco regulatório para a determinação do preço de ativos. É óbvio que, se a participação de bancos estrangeiros no mercado varejista brasileiro continuasse restrita a operações de resgate de instituições em dificuldades, o preço do controle dos bancos relativamente saudáveis como o Real seria menor do que o que se obteve com a entrada de um grande banco estrangeiro. As lamentações dos dirigentes dos dois maiores bancos do País, Bradesco e Itaú, devem ser vistas, portanto, como protestos quanto a uma decisão que possibilitou ao Real obter um preço de venda muito mais alto do que estariam dispostos a pagar seus grandes concorrentes. Até mesmo um dirigente do Banco do Brasil sentiu-se à vontade para endossar o protesto dos banqueiros privados. A diferença é que os banqueiros privados estavam defendendo seus lucros, enquanto o banqueiro público estranhamente defendia reserva de mercado na venda dos bancos públicos para o Bradesco e o Itaú. Em tempos não eleitorais um puxão de orelhas seria *de rigueur*: quem conduz política bancária no Brasil, o Banco Central ou o Banco do Brasil?

A discussão substantiva é se bancos estrangeiros varejistas deverão ter direito a estabelecer-se no País. Um estudo recente sobre produtividade setorial indica que no Brasil os bancos privados mais eficientes têm sido beneficiados pela convivência com os privados de baixa eficiência e os estatais. A produtividade média da mão-de-obra empregada nos bancos varejistas, embora tenha crescido rapidamente nos últimos anos, ainda é muito baixa: 40% da norte-americana e 27% da holandesa, considerada padrão internacional. Mas a produtividade do banco brasileiro mais eficiente, quando normalizada pelas condições de operação no País, é maior do que a produtividade média dos bancos varejistas nos EUA. A competição baseada em preço de serviços é fraca e, portanto, o retorno médio sobre ativos é significativamente mais alto no Brasil do que em outros países. Mesmo levando em conta as dificuldades de mensuração com base em critérios homogêneos: 2% de retorno sobre ativos no Brasil em 1992-96, comparados a 0,9% nos Estados Unidos.

Tudo indica, com base em argumentos calcados na defesa dos interesses coletivos, que as restrições à concorrência bancária varejista privada no País devem ser em boa medida relaxadas. Não cabe muita ilusão quanto à transformação de um setor classicamente cartelizado em um setor competitivo, mas a posição atual de falta de competição certamente poderá ser atenuada.

No terreno das negociações internacionais, o Brasil tem enfrentado problemas na ampliação do escopo das negociações de serviços no âmbito do Mercosul. Nos serviços financeiros, as dificuldades

decorrem da assimetria entre as políticas argentina e brasileira quanto à abertura dos respectivos mercados. Dada a liberdade de entrada de bancos estrangeiros na Argentina e a restrição à entrada no Brasil, a liberalização do direito ao estabelecimento no âmbito do Mercosul permitiria a entrada no Brasil de bancos estrangeiros extra-Mercosul fazendo escala na Argentina. Se a assimetria na liberalização financeira é atenuada, torna-se menos grave esse desvio de investimento. Também na Organização Mundial de Comércio a posição brasileira poderá ser mais flexível.

Na esteira do negócio Real/ABN-Amro certamente surgirão outras aquisições que ampliarão a presença dos bancos estrangeiros no setor bancário varejista. Alguns comentaristas têm tentado caracterizar essa tendência como uma volta ao passado, em vista da queda da importância relativa dos bancos estrangeiros a partir do início deste século. Esse declínio até os anos 70 decorreu da combinação de fechamento relativo da economia, legislação restritiva e crescimento rápido do Banco do Brasil. O que interessa é ressaltar a enorme diferença entre as características dos bancos estrangeiros em 1914 e hoje. O mercado para bancos varejistas não se concentra, como no passado, no desconto de papéis relacionados às operações de comércio exterior. Hoje, o que está em questão é a intermediação financeira interna, o excesso de concentração e as ineficiências daí decorrentes. A maior abertura financeira desfaz o sonho do modelo duopolista no segmento bancário varejista que entretinha os grandes bancos comerciais e complementa adequadamente o programa de reformas liberais que poderão permitir a volta ao crescimento sustentado.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.